

Valorizar o salário do professor é o desafio dos estados

Meta é possibilitar que docentes alcancem a mesma média de remuneração de outros profissionais com ensino superior

Regiane de Oliveira

roliveira@brasileconomico.com.br

Quanto vale o trabalho de um professor no Brasil? Segundo orientação do Ministério da Educação, neste ano a remuneração mínima de um educador de nível médio, que cumpra uma jornada de 40 horas semanais, deve ser de R\$ 1.187,08. Este valor representa um aumento de 15,85% em relação ao piso do ano anterior.

Há dois anos, desde que foi promulgada a chamada Lei do Piso (Lei 11.738/2008), o governo federal tenta fazer com que estados e municípios invistam na valorização do professor. O ministério deixa claro que “a nova remuneração é assegurada pela Constituição Federal e deve ser acatada em todo o território nacional pelas redes educacionais públicas, municipais, estaduais e particulares”. Porém, não existem dados concretos sobre o alcance dessa lei. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), por exemplo, informa que não pode dar os dados sobre as remunerações dos estados, sem pedir autorização dos secretários. O piso “segredo de estado” não é privilégio do Consed. Muitas secretarias resistem à ideia de informar o valor da remuneração dos professores, sob alegação de que o piso não representa a realidade da categoria, que conta com gratificações por formação ou tempo de carreira.

Um levantamento feito pelo **BRASIL ECONÔMICO** com todas as unidades da federação mostra que a maioria dos estados consegue pagar um valor superior ao piso dos professores, quando se trata das novas contratações, de docentes com ensino superior. Esta é uma das metas do novo Plano Nacional de Educação, parado no Congresso: “fazer com que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Na prática, segundo dados do Censo do Professor de 2007, 68,5% dos professores da educação básica têm formação superior; 25,2% têm o chamado curso normal ou magistério; 5,5% o ensino médio e 0,8% apenas o nível fundamental.

O aumento na remuneração não está de acordo com a meta do Plano Nacional de Educação

QUANTO UM PROFESSOR VALE NO BRASIL

Piso salarial pago a professores iniciantes com curso superior segundo carga horária semanal determinada*

	PISO	JORNADA/HORAS
SUDESTE		
São Paulo	1.844,15	40h
Rio de Janeiro	765,66	16h
Minas Gerais	1.320,00	24h
Espírito Santo	1.654,65	25h
CENTRO-OESTE		
Brasília	1.016,77	20h
Mato Grosso	1.702,74	30h
Mato Grosso do Sul	994,44	20h
Goiás	1.006,00	40h
NORTE		
Pará	1.090,00	40h
Amazonas	2.400,00	40h
Rondônia	1.700,00	40h
Acre	1.675,79	30h
Roraima	1.860,00	25h
Tocantins	2.864,62	40h
SUL		
Paraná	1.548,96	40h
Santa Catarina	1.300,00	40h
Rio Grande do Sul	862,80	40h
NORDESTE		
Maranhão	1.631,00	20h
Piauí	1.418,15	40h
Ceará	2.240,30	40h
Rio Grande do Norte	1.076	30h
Paraíba	1.111,40	30h
Pernambuco	1.055,00	40h
Alagoas	2.030,00	40h
Sergipe	1.024,00	40h
Bahia	1.818,03	40h

Remuneração mínima sugerida pelo governo federal para professores
R\$ 1.187,08

Fontes: secretarias de Estados de educação e sindicatos

*Valores não consideram gratificações

(PNE): aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. Dados do IBGE mostram que a população economicamente ativa com onze ou mais anos de estudos tem rendimento médio de R\$ 1.538. No setor privado, ganha-se R\$ 1.354, enquanto no funcionalismo público, a média é de R\$ 2.354,48.

Vale destacar que o piso atual do ensino médio é superior à média de rendimentos de um trabalhador com o mesmo nível de ensino. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2010 este valor foi de R\$ 858,82. Os trabalhadores com ensino superior completo ganharam em média R\$ 2.354,48, segundo o Caged.

Pressão regional

A pressão para que os estados respeitem o piso vem trazendo mudanças regionais. Em Minas Gerais, o governo põe em prática um plano de pagamentos por subsídio, que é constituído por valor único, incorporando todas as gratificações, vantagens, adicionais, abonos ou outra espécie remuneratória do servidor. “O pagamento por subsídio é resultado de estudo realizado para unificar a remuneração dos servidores, eliminar distorções e atender demanda da própria categoria”, afirma a subsecretária de informações e tecnologias educacionais, Sônia Andere Cruz.

Em Minas Gerais, com a adoção da nova política de remuneração, o menor valor a ser recebido na educação básica é de R\$ 1.122, para 24 horas semanais. O estado negocia ampliar a jornada para 30 horas — uma reivindicação do Sind-UTE/MG. A previsão é que os docentes recebam R\$ 1.650. A adoção da nova política beneficia 310 mil servidores. O pagamento por subsídio representa um aporte de R\$ 1,3 bilhão na folha de pagamento anual da Educação. Segundo Mozart Neves, conselheiro da ONG Todos pela Educação, os governos precisam enfrentar o problema da lei do piso que não é atendida por nenhuma esfera e defende a necessidade de manter 33% da carga de trabalho dos professores para a formação continuada e atividades extra-classes. ■

Matéria

ENSINO SUPERIOR

Brasil está fora da lista das 100 melhores universidades

Dos países emergentes no cenário econômico mundial – que incluem Brasil, Rússia, Índia e China (Bric) – o Brasil foi o único ausente da lista com as 100 melhores instituições de ensino superior do mundo, divulgada ontem pela THE (Times Higher Education's), referência em avaliação de universidades, com sede em Londres.

Os EUA têm sete universidades entre as dez primeiras do mundo, seguidos por Reino Unido (duas) e Japão (uma). Entre as 100 melhores, as instituições americanas ocupam 45 posições.

A Universidade Harvard, também nos EUA, ocupa o primeiro lugar. Em segundo, está o Massachusetts Institute of Technology (EUA) e, em terceiro, Cambridge, no Reino Unido.

A Rússia está listada com Universidade Lomonosov, de Moscou, na 33ª posição.

A China tem cinco universidades no ranking (duas em Hong Kong e uma em Taiwan). A melhor é a Tsinghua, de Pequim, no 35º lugar. O Instituto Indiano de Ciência está na 91ª colocação.

O ranking foi elaborado a partir de uma pesquisa com 13.388 acadêmicos de 131 países, realizada em 2010.

Matéria